

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 538.023 - RJ (2019/0300878-0)

RELATOR : MINISTRO ANTONIO SALDANHA PALHEIRO
IMPETRANTE : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ADVOGADOS : DEFENSORIA PÚBLICA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
ROSANE MARIA REIS LAVIGNE - RJ037188
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO
PACIENTE : GREICILENE DA CONCEICAO RODRIGUES
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* com pedido liminar impetrado em favor de GREICILENE DA CONCEIÇÃO RODRIGUES apontando como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado do Rio de Janeiro (Apelação Criminal n. 0062476-76.2017.8.19.0001, de relatoria do Desembargador Luiz Noronha Dantas).

Os autos dão conta de que o Juízo da 37ª Vara Criminal da Comarca da Capital/RJ, com base no art. 397, III, do Código de Processo Penal, absolveu sumariamente a ora paciente da acusação de prática do delito previsto no art. 155 do Código Penal (e-STJ fls. 25/30).

Irresignado, o Ministério Público interpôs recurso de apelação perante o Tribunal de origem, que lhe deu provimento nos termos do acórdão assim ementado (e-STJ fls. 12/13):

APELAÇÃO CRIMINAL – PENAL E PROCESSUAL PENAL – FURTO SIMPLES – EPISÓDIO OCORRIDO NO BAIRRO DE CACHAMBI, COMARCA DA CAPITAL – IRRESIGNAÇÃO MINISTERIAL DIANTE DO DA DECRETAÇÃO DA ABSOLVIÇÃO SUMÁRIA, PLEITEANDO A SUA CASSAÇÃO, COM O CONSEQUENTE PROSSEGUIMENTO DO FEITO NOS SEUS DEMAIS TERMOS, POR ENTENDER QUE “O FATO NARRADO CONSTITUI CRIME NOS TERMOS DA LEGISLAÇÃO EM VIGOR, INEXISTINDO NOS AUTOS PROVAS QUANTO A EVENTUAL EXISTÊNCIA DE CAUSAS EXCLUDENTES DA ILICITUDE E DA CULPABILIDADE” – PROCEDÊNCIA DA PRETENSÃO RECURSAL MINISTERIAL – NÃO HÁ QUE SE FALAR EM CRIME IMPOSSÍVEL, NA EXATA MEDIDA EM QUE A EXISTÊNCIA DE MEIOS DE VIGILÂNCIA, OU DE INDIVÍDUOS ATUANTES NESTE SENTIDO, SERVE, TÃO SOMENTE, PARA AUXILIAR NA PREVENÇÃO À OCORRÊNCIA DE FURTOS, NÃO PODENDO SEREM QUAISQUER DAQUELES CONSIDERADOS COMO INFALÍVEIS, NEM SE CREDENCIANDO COMO VÁLIDA A SUSTENTAÇÃO DE QUE SE TRATA DA PRETENDIDA INEFICÁCIA ABSOLUTA DO MEIO ELEITO À REALIZAÇÃO

Superior Tribunal de Justiça

DO FATO PUNÍVEL, EM RAZÃO DE TAL APARATO DE VIGILÂNCIA – ORA, O FATO DE O ESTABELECIMENTO COMERCIAL SE ENCONTRAR PROVIDO DE FUNCIONÁRIOS E DE CÂMERAS DE SEGURANÇA, DE MODO ALGUM, GARANTE QUE VENHA O MESMO, INVARIAVELMENTE, A LOGRAR ÊXITO NA OBSTACULIZAÇÃO DE TAL PRÁTICA CRIMINOSA, A QUAL, ALIÁS, E PELO QUE SE TEM DIUTURNO CONHECIMENTO, ENCONTRA-SE LONGE DE SE MOSTRAR ERRADICADA, A DESPEITO DA INCORPORAÇÃO AO SISTEMA DESTES E DE OUTROS APARATOS TECNOLÓGICOS, TORNANDO INDIVIDUOSO QUE TAL MEIO ESCOLHIDO PELO FURTADOR À REALIZAÇÃO DA PRÁTICA CRIMINOSA PODE ATÉ MESMO TER TIDO SUA PERPETRAÇÃO FORTEMENTE DIFICULTADA, COMO SE DÁ NUMA RELATIVA IMPROPRIEDADE DE TAL MODUS OPERANDI, MAS SENDO CERTO QUE TAL PANORAMA, MESMO EM SENDO MANIFESTAMENTE INÓSPITO À RECORRENTE, NÃO RETIRA DA SUA CONDOTA A RESPECTIVA CONDIÇÃO EFETIVIDADE CRIMINOSA PRÓPRIA – PROVIMENTO DO APELO MINISTERIAL.

No presente writ, a Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro afirma que, *"de fato, é entendimento consolidado nesse Egrégio Tribunal através de seu Enunciado de Súmula n.º. 567, que o monitoramento por meio de câmeras e a existência de seguranças não tornam impossível a consumação do furto, sendo de conhecimento notório que inúmeros furtos são praticados em estabelecimentos comerciais, mesmo que providos por tais sistemas de segurança. Ocorre que, no caso em análise, as câmeras de vigilância e os seguranças efetivamente flagraram a autora do furto e acompanharam toda a sua ação ininterruptamente, exercendo vigilância direta sobre ela e sobre os bens subtraídos, conforme se verifica dos depoimentos dos funcionários do estabelecimento"* (e-STJ fl. 5).

Sustenta que, *"desta forma, tendo sido acompanhada ininterruptamente pelo sistema de segurança do estabelecimento comercial até sua efetiva apreensão, o crime de furto era, evidentemente, impossível de se consumir, sendo aplicável ao caso o artigo 17 do Código Penal"* (e-STJ fl. 7).

Aduz que, *"conforme se extrai facilmente da interpretação da referida súmula [Súmula n. 567 do STJ], o sistema de vigilância, tomado por si só, não impede a consumação de furtos, mas, havendo sistema de vigilância, uma vez flagrada a ação*

Superior Tribunal de Justiça

delituosa do furtador pelo sistema e havendo acompanhamento do mesmo por parte da segurança, até sua efetiva apreensão, o crime passa a ser impossível" (e-STJ fl. 9).

Assevera que "a paciente buscava furtar grande quantidade de produtos, que pesavam mais de 10 kg (dez quilos) em seu total, o que reafirma que, independentemente de qualquer discussão sobre a existência ou não de monitoração eletrônica ou humana, a conduta jamais poderia ter se consumado, posto ser impossível se deslocar com tal quantidade de bens passando pela área dos caixas sem ser percebido" (e-STJ fl. 10).

Por isso, requer, liminarmente, o sobrestamento da ação penal até o julgamento do mérito do presente *habeas corpus* e, no mérito, *"a desconstituição do v. acórdão prolatado pela autoridade coatora, nos pontos aqui considerados, reconhecendo-se a impossibilidade do delito imputado à paciente para absolvê-la com fundamento nos artigos 17 do Código Penal e 397, III, do Código de Processo Penal"* (e-STJ fl. 11).

É, em síntese, o relatório.

A liminar em *habeas corpus*, bem como em recurso ordinário em *habeas corpus*, não possui previsão legal, tratando-se de criação jurisprudencial que visa minorar os efeitos de eventual ilegalidade que se revele de pronto.

Em juízo de cognição sumária, não visualizo manifesta ilegalidade no ato ora impugnado a justificar o deferimento da medida de urgência.

Não obstante os fundamentos apresentados pela defesa, mostra-se imprescindível uma análise mais aprofundada dos elementos de convicção constantes dos autos para verificar a existência de constrangimento ilegal.

Ante o exposto, **indefiro a liminar.**

Solicitem-se informações ao Tribunal *a quo* e ao Juízo de primeiro grau, ressaltando-se que esta Corte Superior deverá ser notificada de qualquer alteração no quadro fático atinente ao tema objeto deste feito.

Requeira-se, ainda, senha para acesso aos andamentos processuais constantes do respectivo portal eletrônico, tendo em vista a restrição determinada pela

Superior Tribunal de Justiça

Resolução n. 121 do Conselho Nacional de Justiça.

Após, dê-se vista dos autos ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 07 de outubro de 2019.

Ministro ANTONIO SALDANHA PALHEIRO

Relator

